



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião
do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES**

Palácio do Planalto – Brasília-DF, 13 de maio de 2004

Meu caro Jaques Wagner, secretário especial do Conselho de
Desenvolvimento Econômico e Social,

Meus amigos e minhas amigas conselheiros,

Meu companheiro Palocci, ministro da Fazenda,

Meu caro Tarso Genro, ministro da Educação,

Meu caro Ricardo Berzoini, ministro do Trabalho e Emprego,

Meu caro Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social e
Combate à Fome,

Meu caro Luiz Furlan, ministro do Desenvolvimento, Indústria e
Comércio Exterior,

Meu caro Guido Mantega, ministro do Planejamento,

Meu caro Luiz Dulci, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência
da República,

Meu caro Luiz Gushiken, ministro-chefe da Secretaria de Comunicação e
Gestão Estratégica,

Meu caro Aldo Rebelo, ministro-chefe da Secretaria de Coordenação
Política e Assuntos Institucionais,

Meu caro Cláudio Langoni, secretário-executivo do Ministério do Meio
Ambiente,

Meus caros companheiros conselheiros que fizeram uso da palavra,

Meu caro deputado Sandro Mabel, líder do PL,

Meu caro deputado, presidente da CNI, Armando Monteiro,

Meu caro companheiro Ricardo Zaratini,

Demais deputados presentes,



Convidados,
Autoridades aqui presentes,

A vantagem de trazer um discurso por escrito, é que você não tem que responder ao que ouviu antes. Mas eu tinha tomado uma decisão de vir hoje, aqui, porque todas as vezes que eu vim ao Conselho, eu, às vezes, saí daqui com uma sensação de que tinha sido duro com os meus companheiros e companheiras, que não têm feito outra coisa a não ser tentar ajudar o governo a encontrar as melhores soluções para o nosso país.

E, hoje, eu resolvi, na minha fala, fazer um reconhecimento ao que aconteceu até agora. Possivelmente, vocês que estão dentro do Conselho, não tenham a dimensão das coisas boas que já discutiram, das boas recomendações que vocês já deram e das coisas com que já contribuíram para que acontecessem nesse quase um ano e meio de governo.

E vocês sabem a importância que eu dou, e que o conjunto do meu governo dá, ao trabalho que vocês fizeram e, certamente, vão fazer daqui para frente.

Por aqui passaram as principais discussões sobre as nossas políticas públicas como, por exemplo, a Política Industrial, e sobre as propostas de reformas estruturais do nosso país, como a da Previdência e a tributária, aprovadas em tempo recorde pelo Congresso Nacional no ano passado.

Esta é uma reunião muito especial pelos próprios temas que já foram e que continuarão sendo abordados, aqui, hoje.

Quando discutimos a retomada do crescimento da economia e a inclusão social, estamos falando sobre os objetivos fundamentais da sociedade brasileira e do nosso governo.

Estamos falando sobre duas metas que se complementam, que são interdependentes, que estão sendo alcançadas por caminhos articulados e de modo simultâneo.



Este Conselho, pela enorme representatividade de seus integrantes – homens e mulheres com liderança na sociedade, vasta experiência e espírito público – é uma boa novidade que nós criamos. E vocês me permitam afirmar isso, sem nenhuma modéstia.

E é boa, excelente mesmo, porque fundamentalmente fortalece o diálogo democrático na nossa sociedade, ajuda a governar, evita erros e amplia, assim, a chance de maiores acertos.

Enfrenta também, de modo direto, uma visão superficial e preconceituosa, muitas vezes propalada na nossa sociedade, de que governar sem diálogo, sem reuniões, sem ouvir os interessados nas decisões e sem negociar com os diversos setores sociais é a melhor forma de conduzir um país. Nós não acreditamos nisso.

Em toda a nossa vida sindical, partidária, de oposição e, agora, de governo, defendemos e praticamos o diálogo democrático, a negociação política intensa com base nesses princípios. Este diálogo, vocês sabem muito bem, não é apenas legítimo e justo. Através dele, nós estamos resolvendo problemas do nosso país que nunca foram resolvidos, muito menos por métodos autoritários.

Este Conselho, por sua ação e características, está sendo elogiado, inclusive, internacionalmente. O nosso companheiro Jaques Wagner e outros conselheiros acabam de participar de uma reunião do Conselho Econômico e Social Europeu – CESE, realizada no México. O presidente desse organismo, Roger Briesch, não só elogiou a nossa experiência, considerando-a um exemplo, como a indicou para outros países da América Latina e Caribe. No México, uma comissão da sociedade civil já busca, junto à Presidência da República daquele país, implementar experiência similar à experiência brasileira.

São muitas, portanto, as razões que me levam a agradecer, do fundo do meu coração, o trabalho que os senhores e as senhoras têm feito: a dedicação



aos grupos temáticos; as contribuições nas reuniões plenárias, como esta; as propostas inovadoras; e o enriquecimento das políticas que o nosso governo tem trazido para o debate.

Quero também dizer que o país e o nosso governo continuam e continuarão precisando muito de suas iniciativas e dos seus conselhos. Temos matérias da maior importância já encaminhadas ao Congresso Nacional que vai, é claro, debatê-las e, se for o caso, aperfeiçoá-las, como é prerrogativa de um poder independente e soberano da República.

Estou falando, por exemplo, do Projeto de Lei que regulamenta as parcerias público-privadas, o que cria um novo marco institucional para as agências reguladoras no nosso país; e a nova lei de inovação tecnológica.

E há também projetos que estão em fase de finalização no governo como o que institui a política nacional de saneamento ambiental e o que estabelece um novo marco regulatório para a concessão das rodovias.

Tudo isso é essencial para o Brasil avançar na retomada do crescimento, atrair novos investimentos, promover cada vez mais a inclusão social.

Temos confiança no Brasil, na sociedade brasileira, na força e na qualidade da nossa economia, dos nossos trabalhadores e dos nossos empresários.

Estamos vivendo também um novo e promissor período nas relações diplomáticas e comerciais do nosso país. Tenho certeza de que ninguém, aqui, tem dúvidas sobre o acerto da nossa política externa. Os resultados já são mais do que evidentes e estão influenciando positivamente na construção de uma nova e verdadeira geografia comercial.

O Brasil está cada vez mais respeitado em todo o mundo, e tem feito, e o faz, por merecer.

Meus companheiros conselheiros e companheiras conselheiras,

Falar em crescimento econômico e inclusão social requer também



medidas concretas. Quero marcar esta reunião do Conselho, anunciando algumas iniciativas que vão beneficiar de modo direto, e muito significativo, a nossa sociedade, especialmente os setores mais pobres do nosso país.

As duas primeiras medidas são na área da educação. São dois Projetos de Lei que estamos encaminhando ao Congresso Nacional, voltados para os estudantes de escolas públicas, geralmente de famílias de baixa renda, que muitas vezes chegam ao vestibular em desvantagem em relação aos alunos de escolas e cursinhos particulares.

O primeiro é o programa Universidade para Todos. Este nome, Universidade para Todos, traduz precisamente o nosso objetivo. O governo federal vai criar alternativas para que os jovens de menor renda possam ter acesso gratuito ao ensino superior, talvez fazendo o que nunca se fez neste país.

Este programa cria mecanismos efetivos para que as universidades e faculdades privadas possam oferecer vagas gratuitas para estudantes e professores da rede pública que ainda não possuem curso superior.

O segundo projeto é o sistema de reserva de vagas, que reserva metade de todas as vagas das faculdades e universidades federais a alunos que concluíram o ensino médio na rede pública de ensino. Isso representa nada menos do que 60 mil vagas anuais. Este sistema especial de garantia de vagas também vai promover a igualdade racial no acesso à universidade pública.

Entre as vagas reservadas para alunos de escolas públicas, algumas serão preenchidas, prioritariamente, por pessoas negras e indígenas, considerando-se a composição da população da cada região, de acordo com os dados do IBGE.

Também pensando na juventude brasileira, nós vamos anunciar um programa chamado Soldado Cidadão. Esta é uma medida voltada para a ocupação e capacitação profissional dos jovens de baixa renda. Vamos criar mais 30 mil vagas para recrutas nas nossas Forças Armadas, a partir de



agosto. Hoje são 70 mil e o efetivo de 100 mil será exatamente o dobro do que tínhamos em anos anteriores.

O Soldado Cidadão é uma parceria entre o Ministério da Defesa e o Ministério do Trabalho e Emprego. E por meio dele, os recrutas recebem educação profissionalizante e, quando passam para a reserva, são encaminhados para o mercado por meio do Sine.

Vamos também fazer um reparo numa coisa que fizemos ano passado e na qual detectamos que havia uma falha, que é a política de primeiro emprego. Nós vamos renovar o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, retirando entraves que estão dificultando a contratação de maior número de jovens pelas empresas.

Também estamos aumentando o valor dos incentivos às empresas que aderirem ao Programa. Ao mesmo tempo, vamos ampliar o público-alvo do Primeiro Emprego. Antes, podiam ingressar no Programa apenas quem não tivesse o ensino médio completo. Agora, uma parte das vagas poderá ser ocupada por jovens que já concluíram o curso, mas nunca conseguiram emprego. Além disso, será permitido também o contrato temporário de jovens.

Tenho confiança e esperança de que essas mudanças vão levar o programa Primeiro Emprego a atingir os seus objetivos, que foi a razão pela qual nós o criamos há um ano.

Também estamos anunciando algumas medidas que eu acho importantes, sobretudo, para os representantes do comércio, aqui, presentes. Vocês estão acompanhando o sucesso da política de crédito feita entre o sistema financeiro brasileiro e as centrais sindicais, emprestando dinheiro para os trabalhadores e tendo como garantia a folha de pagamento.

Nós estamos anunciando hoje, aqui, decisões que vão beneficiar também os aposentados brasileiros. E é engraçado que essa proposta foi feita pelo Conselho. Não sei se vocês se lembram mas, em algum momento, vocês nos propuseram, e estamos aceitando essa proposta, que é mandar um Projeto



de Lei que cria o crédito com desconto em folha de pagamento para aposentados e pensionistas do INSS. Isso dará uma alternativa concreta a muitas pessoas que têm pouca opção de crédito no sistema bancário e sofrem com as altas taxas de juros cobradas.

Com o desconto em folha, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e os bancos privados poderão aumentar em muito o número de empréstimos e reduzir as taxas de juros.

A parcela a ser descontada nunca poderá ser maior que 30% do valor do salário recebido pelo aposentado. Eu sei que já há tratativas, eu sei que já existem propostas de 1,75% por 12 meses, 2% por 24 meses e em alguns bancos, 2,8% por 36 meses. O dado concreto é que eu acho que nós vamos permitir que 19 milhões de brasileiros possam ter acesso ao empréstimo, coisa tão rara. Com essa medida, portanto, os aposentados passam a ter o mesmo benefício dos trabalhadores assalariados, que já estão obtendo empréstimo nos bancos com menores taxas.

Aliás, uma reportagem feita na televisão, esta semana, mostra a quantidade enorme de trabalhadores que estão procurando esse crédito e a quantidade de trabalhadores que saiu da listagem de inadimplentes, que não estavam podendo pagar suas contas.

Uma outra medida, que nós achamos importante para as pessoas que produzem e que vendem neste país, é a liberação da parcela do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Esta medida, além de representar uma conquista dos cidadãos de maior idade, as pessoas com mais de 60 anos, resultará também numa injeção de 2 bilhões e 700 milhões de reais na nossa economia, ou seja, mais dinheiro em circulação para as pessoas comprarem, pagarem dívidas, fazerem pequenos investimentos, movimentando e fortalecendo o nosso mercado interno.

Trata-se da antecipação do pagamento das parcelas da correção do FGTS referente a planos econômicos passados às pessoas com mais de 60



anos de idade que já assinaram o termo de adesão com a Caixa Econômica Federal.

Quem estiver nessa faixa etária não precisará mais esperar as parcelas semestrais desta correção e receberá tudo a que tem direito de uma só vez.

Quero lembrar ao Marinho que eu tenho 58 anos e, portanto, eu ainda não estou beneficiário dessa medida do governo.

Uma outra medida importante que nós tomamos esta semana e que eu acho importante porque é um desejo, sobretudo, do setor produtivo e do Furlan, porque a cabeça dele pensa em exportação 24 horas por dia, é uma tomada de posição com relação à restauração das estradas brasileiras.

É importante lembrar que o momento histórico do Brasil, em que mais estradas foram restauradas foi no governo Sarney, quando foram restaurados 5 mil quilômetros. Nós tomamos a decisão de, a partir do início do mês de junho, restaurar 7.800 quilômetros de estradas federais. Isso, num trabalho muito bem feito entre o Ministério dos Transportes e o Ministério da Agricultura, sobretudo, nas estradas em que nós temos o maior escoamento de produção para as exportações brasileiras. Obviamente, que também está incluída a recuperação e a dragagem dos nossos portos que estão defasados; se houve um tempo em que nós tínhamos navios que carregavam 50 mil toneladas, e nós achávamos que era uma coisa absurda, fiquem sabendo que já está sendo construído navio para transportar 600 mil toneladas. Portanto, os portos terão que receber, cada vez mais, dinheiro da parte dos governantes do mundo inteiro, para que eles possam ser dragados e para que os navios possam, então, atracar e levar os nossos produtos. E todo mundo sabe que quanto maior o navio, quanto mais carga, mais barato por tonelada vai ficar o preço das nossas exportações.

Também nós vimos anunciando, já há algum tempo, que tínhamos conseguido a liberação de recursos para saneamento básico. E a nossa idéia é assinar, até o final de maio, com os estados, municípios e empresas de



saneamento estaduais e municipais, um contrato de 2 bilhões e 900 milhões de reais em obras de saneamento, com recursos do governo federal. Com isto, estaremos executando o maior plano de saneamento básico em muitos e muitos anos no Brasil.

É importante só dizer para o Conselho que, muitas vezes, a gente vem aqui e anuncia que vai liberar 2 bilhões, e as pessoas saem daqui achando que ao abrirem a porta e sair na rua, já vão ver uma máquina trabalhando. Ora, esse contrato que nós vamos assinar com governadores, com prefeituras e com empresas de saneamento básico significa que estaremos colocando à disposição dos estados e municípios essas quantias, em função dos projetos apresentados pelos empresários, pelos estados e pelos municípios. Esses projetos são avaliados pela Caixa, tem estados que não podem pegar porque estão inadimplentes, tem empresas que não podem pegar porque têm problemas, mas para todos que se inscreverem, já está dividido – amanhã por exemplo, assina-se, aqui, um contrato que era para ter sido assinado na semana passada, com a Bahia, de 160 milhões.

E porque eu estou tentando dar esta explicação? Porque ao anunciarmos a liberação do dinheiro, significa que nós estamos colocando o dinheiro à disposição daquele estado, daquela cidade ou daquela prefeitura. E que a partir daí o governo federal poderia dizer o seguinte: “acabou a nossa responsabilidade, está liberado o dinheiro.” E aí vai ficar na pendência do governo fazer. Tem época que os governantes não fazem. Eu vou dar um exemplo: em 2002 foi anunciada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso a liberação de 1 bilhão e 400 milhões; foram contratados 262 milhões e só foram executados 19 milhões. Ou seja, significa que o dinheiro foi colocado à disposição e muitas vezes não foi usado e não se sabe porquê.

Nós estamos trabalhando agora, para acompanhar junto com os governadores a utilização desses recursos, o mais imediatamente possível porque nós queremos, sobretudo, nos grandes centros urbanos, gerar os



empregos que o Marinho tanto reivindicou ali no seu pronunciamento. Portanto, nós vamos acompanhar de perto a execução.

Vocês estão lembrados que no dia 11 de dezembro nós anunciamos a liberação de 1 bilhão e 700 milhões para saneamento básico. Somente agora é que nós vamos participar da inauguração de algumas obras por conta daquele dinheiro, ou seja, seis meses depois eu estou indo a Campinas inaugurar a estação de tratamento de Campinas.

O que eu espero é que governadores, prefeitos e as empresas de saneamento básico saibam, concretamente, que o dinheiro colocado à disposição é para ser usado o mais rápido possível, porque isso significa melhoria da qualidade de vida das pessoas e significa, sobretudo, geração de empregos e distribuição de renda para as pessoas.

Uma coisa importante da qual de vocês participaram, principalmente o Armando Monteiro: há mais ou menos 60 dias nós anunciamos aqui, ministro Palocci, não sei se você estava presente, mas anunciamos aqui o Proinfa, que é um programa de energia alternativa, ou seja, biomassa, eólica. E naquela época, como sempre, apareceu muita gente cética, muita gente dizendo: “mas será que vai ter empresário que queira investir nisso? Será que as pessoas vão entrar? É tudo tão pequeno”. Tem gente que antes do Corinthians, jogar, já pensa que nós vamos perder, quando nós sempre ganhamos. Então, é uma notícia auspiciosa que me deixou extremamente feliz. O programa de incentivo à fontes alternativas de energia, que nós nos propusemos a adquirir 3.300 megawatts, só para vocês terem idéia, apareceram, na última sexta-feira, propostas para 6.600 megawatts, ou seja, o dobro daquilo que a gente estava se propondo a contratar.

São 1.100, pequenas centrais hidroelétricas, 1.100 de biomassa e 1.100 de energia eólica. Essa coisa que parecia pequena e que algumas pessoas deram pouco crédito, em dois anos e meio vai representar um investimento da ordem de 8 bilhões e 600 milhões de reais, que vão gerar 150 mil empregos



diretos e indiretos.

Eu acho que é importante aquilo que o companheiro Palocci tinha afirmado, que outros ministros têm falado e que nós temos tentado reiterar. Muitas vezes nós nos queixamos de que não tem crédito, muitas vezes nós nos queixamos de que o *spread* é alto, muitas vezes nós nos queixamos de uma série de coisas mas nós, muitas vezes, deixamos de dizer que não tem projeto. E o Palocci disse uma coisa logo no começo do governo: “não é o dinheiro que faz o projeto, é o projeto que faz o dinheiro.”

Portanto, eu vou repetir uma coisa que eu disse da outra vez: com um bom projeto é possível negociar, com um bom projeto é possível sentar em torno da mesa e discutir todos os problemas que possam dificultar, ou não, a execução daquele projeto. Agora, sem projeto, fica mais difícil.

Eu queria reiterar ao Conselho que, em algum momento, seria importante que vocês discutissem, efetivamente, os grandes projetos que nós precisamos para o nosso país. Porque nós, certamente, teremos mais facilidade de arrumar o dinheiro para elaborar os grandes projetos, aqui ou lá fora.

Vocês sabem que se depender da capacidade de investimento do Estado brasileiro, o Estado brasileiro há muitos e muitos anos não tem capacidade para ser o grande indutor da economia que já foi. Quando nós mandamos o PPP para o Congresso Nacional, foi exatamente para criar alternativas à fragilidade do Estado, permitindo que a iniciativa privada pudesse assumir algumas coisas que ela pode fazer, para os quais ela pode ter dinheiro e que um conjunto de empresários possa se juntar e fazer coisas importantes.

Eu vou dar alguns exemplos de coisas importantes: a ferrovia Norte-Sul, que começou em 1986 ou 1987. De lá para cá, andou muito pouco; a Transnordestina, que tem trechos que estão praticamente detonados, que já não funcionam mais; a BR-101, que liga o Rio Grande do Norte à Bahia – a sua duplicação vai permitir que se transforme num grande centro de atração



turística do Brasil e do mundo; as hidrelétricas que falta fazer – só para vocês terem idéia, nós desobstruímos 18, e ainda falta desobstruirmos algumas. A hidrelétrica de Belomonte, que se não tem possibilidade de fazermos os 11 mil megawatts que precisam ser feitos – porque o meio ambiente tem implicações e não adianta jogarmos a culpa em cima do Ibama, pois o Ibama apenas cumpre a lei. Nós precisamos é ter cuidado ao fazermos a lei, para depois não culparmos alguém que fiscalize essa lei – se não podemos construir os 11 mil megawatts, vamos construir 6 mil, vamos construir 5 mil.

O dado concreto é que nós temos coisas enormes para fazer no Brasil. E eu acho que o Conselho pode dar uma contribuição extraordinária, convocando os empresários brasileiros a apresentarem projetos. E com projetos na mesa, nós estaremos dispostos a fazer tantas quantas reuniões forem necessárias para viabilizarmos o projeto.

O Marinho elogiou, aqui, a belíssima exposição do companheiro Palocci. Eu diria para o Marinho: o Palocci é um homem de coração maior que o corpo. Se tiver um bom projeto, você pode ficar certo que as políticas públicas serão infinitamente maiores do que foram até agora.

Eu quero terminar dizendo a vocês que, em sintonia com as preocupações deste Conselho, vamos prosseguir tomando iniciativas para consolidar o crescimento econômico sustentado e beneficiar o conjunto da sociedade brasileira, em especial, a preocupação com o problema que o Marinho levantou.

Todos vocês sabem que não existe milagre, não existe possibilidade de trazermos para cá alguém que possa fazer mágica. Nós iremos continuar com a mesma seriedade que começamos, com a mesma consistência que começamos. Muitas vezes, no governo, temos os mesmos desejos que vocês têm. Há uma pequena diferença: é que nós, às vezes, temos que assinar o cheque. E quando você tem que assinar o cheque aumenta um pouquinho o nervosismo da decisão; é como um jogador que vai bater o pênalti: ele pode



ser bom de bola, mas na hora que ele fica na frente do goleiro, ele tem que contar até dez. E nós, então, temos que ter mais, eu diria, responsabilidade, na medida em que a imprensa publica todo dia a crise mundial.

Eu acho importante ter claro o seguinte: nós sabemos o que representa a economia mundial, nós sabemos o que pode significar o aprofundamento da crise em países emergentes, mas aqui, no Brasil, nós estamos totalmente tranqüilos, eu espero que o Palocci tenha passado essa tranqüilidade para vocês, porque não tem nada pior para um político, para um governo, do que o chamado medo premeditado, ou a tomada de posição em função de uma coisa que nós nem sabemos que vai acontecer. Nós tomamos uma decisão, tomamos um rumo e vamos seguir nele, até porque até agora ele deu mais certo do que errado. E eu acho que sem vocês, possivelmente, nós não teríamos conseguido fazer tudo que nós fizemos até agora.

Por isso, muito obrigado e espero que continuem colaborando muito, não com o governo, mas com o Brasil.

/rss/cms